TC 019.925/2013-1

Tomada de contas especial

Ministério da Defesa (MD)

Excelentíssimo Senhor Ministro-Relator,

Trata-se de recurso de reconsideração interposto pela Sra. Sandra Silva Pinto contra o Acórdão 6.412/2015-TCU-2ª Câmara, que julgou irregulares as contas da recorrente, condenando-a ao ressarcimento de débito no valor histórico de R\$ 250.096,31 e aplicando-lhe multa de R\$ 30.000,00.

2. Esta tomada de contas especial foi instaurada pelo Ministério da Defesa (MD) em face de irregularidades na aplicação dos recursos transferidos por meio do Convênio 321/PCN/2008 (Siafi 639265), firmado com a Prefeitura Municipal de Alto Alegre/RR, para realização de obras de pavimentação asfáltica, calçamento e drenagem superficial. Foram repassados recursos federais da ordem de R\$ 1.200.000,00, com contrapartida prevista no montante de R\$ 37.113,40 (peça 1, p. 35-43). O convênio esteve vigente no período de 26/12/2008 a 30/9/2011, considerando as prorrogações realizadas (peça 2, p. 119).

3. A Serur examinou os argumentos apresentados pela recorrente e concluiu serem insuficientes para alterar os termos do Acórdão 6.412/2015-TCU- 2ª Câmara.

4. Resumidamente, a Sra. Sandra Silva Pinto, engenheira responsável pelo atesto de parte dos serviços pagos, alega que a equipe do Programa Calha Norte estaria equivocada quanto às conclusões constantes do parecer na peça 3, p. 174-181, bem como que não lhe seria possível verificar quais ruas e em que condições os fiscais teriam verificado a execução dos serviços por ela atestados. A recorrente também argumenta que, entre o início das obras e a realização da fiscalização, teriam ocorrido cinco períodos de chuva, causando danos às ruas em execução.

5. Da mesma forma que a Serur, entendo não merecerem acolhida os argumentos apresentados. O relatório de visita apontou a conclusão integral apenas na etapa relativa aos serviços preliminares e registrou percentuais de 60% para terraplenagem, 90% para calçamento e 35% para transporte.

6. No caso da pavimentação, a situação encontrada pelos fiscais não condiz com as informações contidas no relatório de execução na peça 2, p. 23-24, que embasou o atesto da nota fiscal na peça 2, p. 25, pela Sra. Sandra Silva Pinto, o qual indicou 12,72% dos serviços concluídos e justificou dispêndio de R\$ 157.171,00 referente a essa parcela.

7. Da mesma forma, há discrepância entre as conclusões da equipe de fiscalização e os dados constantes do documento que acompanhou a nota fiscal na peça 2, p. 32, que lastrearam o pagamento de R\$ 30.175,00 também relativos à pavimentação, assim também de R\$ 78.358,00 atinentes aos serviços de drenagem.

8. Os dois exemplos acima se referem a itens para os quais, segundo os fiscais do Programa Calha Norte, não houve qualquer execução, indicando que os argumentos apresentados pela recorrente são improcedentes. Nem mesmo a alegação relativa às chuvas merece prosperar, até porque os últimos pagamentos à contratada datam do final de 2011 e a vistoria foi feita em janeiro de 2012, contemporaneamente, portanto, ao término da vigência do convênio e ao período em que as obras deveriam estar concluídas.

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
Gabinete do Procurador SÉRGIO RICARDO COSTA CARIBÉ

9. Diante do exposto, este membro do Ministério Público de Contas manifesta-se de acordo com o encaminhamento sugerido pela Serur.

(assinado eletronicamente)

Sérgio Ricardo Costa Caribé
Procurador